

Visualidades

TÃO LONGE, TÃO PERTO

So Far, so Close

Tan lejos, tan cerca

Daniel Meirinho¹

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i28.14623

Resumo

Ensaio visual produzido a partir de uma série de experimentações fotográficas na tentativa de autoinscrição visual no regime de representação em torno do colorismo que atravessa meu corpo.

Palavras-chave: Fotografia. Colorismo. Raça. Performance. Inscrição.

Abstract

Visual essay produced from a series of photographic experiments in an attempt to visual self-inscription in the representation regime around the colorism that crosses my body.

Key words: Photography. Colorism. Race. Performance. Inscription.

Resumen

Ensayo visual producido a partir de una serie de experimentos fotográficos en un intento de autoinscripción visual en el régimen de representación en torno al colorismo que atraviesa mi cuerpo.

Palabras-clave: Fotografía. Colorismo. Raça. Performance. Inscripción.

¹ Doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rio Grande do Norte - RN, Brasil. danielmeirinho@hotmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4658-5556>



TÃO LONGE, TÃO PERTO

Por muitas décadas, até meados do século passado, muitas lendas e boatos alimentaram rumores sobre as práticas de testes e validações das fronteiras raciais, particularmente quando estas eram feitas por pessoas racializadas. As histórias sobre os *Paper Bag Tests* (teste do saco de papel) feitos em igrejas, fraternidades e festas de diversas cidades norte-americanas tem um significado complexo e desconcertante entre pessoas negras. Estas classificações serviam para avaliar e reconhecer o privilégio das pessoas negras de pele clara e distingui-las de indivíduos retintos. Papéis pardos, destes marrons de pão ou de envelopes postais eram utilizados nas portas de estabelecimentos para que as pessoas segurassem contra a pele como referência para serem admitidas nos locais, posicionando os privilégios de acesso de pessoas miscigenadas em relação a restrição de grupos negros de pele retinta, em uma melindrosa linguagem de exclusão e exclusividade. Sendo os observadores provenientes das comunidades negras nos Estados Unidos, presumia-se que eles possuíam uma capacidade instintiva de identificar “os seus” ou, pelo menos de reconhecer pessoas específicas de suas comunidades. Até hoje, especialmente nos territórios miscigenados no mundo, “passar nos testes” ainda costuma ser uma questão problemática, pejorativa e muito complexa no que envolve o discurso sobre raça e racismo, com diversas camadas de leitura e análise interseccionais possíveis e necessárias.

O tabu da cor de pele é de fato ainda um marcador importante que baliza o preconceito racial, as políticas afirmativas de acesso e reparação, bem como as relações entre pessoas racializadas, se estendendo de forma infinita e turva entre a polarização matiz existente entre o preto e o branco. Tais marcadores agenciam e transcorrem desde a reivindicação de acesso à meritocracia. Na política de miscigenação que o Brasil passou ao longo dos anos, a cor do saco de papel pardo passa a compor a categoria de pessoas negras, juntamente com preto, sendo uma das identidades autodeclaratórias étnico-raciais do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE) que compõem a população brasileira. O termo pardo tem sido amplamente discutido nos processos de reconhecimento, aceitação, garantia de direitos e inclusão de pessoas provenientes de famílias ou relacionamentos interracializados. Em um marcador simplista e popular apenas racial, se mais escuro do que o papel o indivíduo é colocado em uma categoria (preto), se semelhante já se encontra em outra (parda) e quanto mais claro ainda outra, mais privilegiada, pensando algo poderia ser mais justo do que o limite da cor do papel.

Os testes de pessoas negras por pessoas brancas são mais facilmente identificáveis após muitas políticas e práticas segregacionistas de hierarquia racial no mundo. Estas passam pela cor dos lábios, textura e tonalidade de cor do cabelo, espessura do nariz, cor dos olhos, ou no Brasil pela roupa que veste, cargo que ocupa ou carro que dirige. Todos esses “testes” partem da presunção de que a branquitude é uma categoria conclusiva e que invariavelmente poderia existir uma característica corporal que trairia sua herança racial.

Uma divisão absoluta que afasta os polos entre o preto e o branco e abre na racialidade uma complexidade e improvável escolha de autodeclaração de pessoas miscigenadas quando forçadas a escolher sua identidade racial. A decisão pela desvantagem (negra) sobre o privilégio (branco) é fato, mas não apaga as experiências de preconceito e segregação apenas na escolha, pois a oportunidade da vantagem é um agente condicionante dado um lado apenas da escala de cor.

Eu lembro desde pequeno receber elogios ao meu cabelo liso, herança da minha mãe portuguesa, e ao meu tom de pele “moreno”, “amorenado”, “bronzado”, legado do meu pai, nordestino. Não entendia bem de forma a clara a perpetuação da discriminação racial e valorização das características que me empurravam para a branquitude. Isso sem colocar em análise e complexificar o processo de validação em alguns espaços por ter sido uma criança de classe média. O limite de acesso e admissão racial (o papel pardo da família) era marcado pelo meu tio Rogildo. Acima do tom de pele dele todos eram negros, abaixo havia um silêncio

racial. Um não pertencimento assumido e perseguido incansavelmente pelo único cartão de acesso possível que poderiam lhes garantir validação, a ascensão de classe.

As experimentações visuais do ensaio “Tão perto, tão longe” (2020-2021) são tentativas minhas de autoinscrição performática que demarcam as nuances do colorismo que atravessam meu corpo e reverberam no contexto brasileiro, ao mesmo tempo que dão continuidade as estratégias turvas e confusas de validação e pertencimento racial. Testar a negritude para testar a branquitude foi o caminho de experimentações fotoperformáticas que buscam borrar os privilégios que circunscrevem os limites raciais. Um entre lugar de mestiçagem de raça marcado pelas performances de adaptação aos padrões de cor/raça, preto/braço questionando o limite da cor e do pardo, para além do papel. Demarca uma identidade agraciada pelos acessos, mas que constantemente me confunde sobre onde sou ou não admitido.

O ensaio apresenta uma série de formas de inscrição representativa em que o preto e o branco se movem no limite classificatório e variável de pessoas pardas, negras de pele claras, de cabelos lisos, resultantes da mestiçagem em uma estrutura de favoritismo e formas de acessos que infiltram as estruturas destinadas à branquitude. As fotografias nos convidam a refletir o papel do colorismo nas narrativas de discriminação, mas também de privilégios julgando a si mesmos onde nos encontramos nesta escala controversa do papel.

As imagens são tentativas de reconhecimento interno se a cor de pele pode ser uma marca de racialidade tão evidentes para ser aceito ou se não é ainda o suficiente. Um projeto de reconhecimento sempre aberto ao questionamento, validação e legitimação do outro de acessar ou ser admitido ou não neste lugar.





